

TUTORIA E FORMAÇÃO CONTÍNUA: OS PILARES DA INCLUSÃO NO COACE DA UFPEL

VALTAIR AUGUSTO VIEIRA FIRMINO E SOUZA¹;

NATALIA VARGAS NUNES⁶:

¹Universidade Federal de Pelotas – valtairaugusto@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – natalia.eslabao@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o atendimento a pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior é garantido por um robusto arsenal legal, incluindo a Constituição Federal (Art. 208, III), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, Art. 27-28) e a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000). Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), embora avanços significativos tenham sido conquistados, persistem desafios em infraestrutura e conscientização acadêmica.

É nesse contexto que a COACE (Coordenação de Acessibilidade e Inclusão), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAFE), atua liderando a luta pela efetiva inclusão de estudantes com deficiência. O núcleo, originalmente criado como Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) em 15 de agosto de 2008 a partir do programa "Incluir" do MEC, materializa políticas de acesso, permanência e qualidade educacional, alinhado ao Plano de Acessibilidade da UFPEL (2016) e à Lei de Cotas (13.409/2016). Sua missão transcende a garantia de presença física, promovendo emancipação, autonomia e pertencimento.

Conforme citado no plano institucional de acessibilidade da UFPEL de 2016-2020:

“A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) busca, através da Comissão Especial instituída pela Portaria No. 1.731 de 30 de Dezembro de 2015, apresentar neste documento, as contribuições para a elaboração e implementação do Plano Institucional de Acessibilidade, que visa estabelecer uma política institucional de acessibilidade e inclusão aos discentes e servidores da UFPEL que possuem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, eliminando as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, a fim de cumprir os requisitos legais de acessibilidade”.

Uma das ferramentas que tem sido crucial para a melhoria do atendimento das pessoas com necessidades educacionais específicas e sua experiência plena no ensino superior é o ‘Tutor’. Este ator na instituição tem como papel facilitar o atrito gerado entre os estudos e as dificuldades que alunos PcD enfrentam.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Este artigo configura-se como um relato de experiência sobre as práticas de inclusão e formação de tutores na COACE. Atualmente, a coordenação atende 366 estudantes com perfis diversificados:

- Deficiência Física: 63

- Transtorno do Espectro Autista (TEA): 170
- Deficiência Auditiva: 45
- Deficiência Visual: 56
- Deficiência Intelectual: 18
- Altas Habilidades/Superdotação: 8

Além destes discentes, 40 tutores - que são também estudantes da UFPel - são mediadores críticos entre o conhecimento acadêmico e as barreiras enfrentadas pelos estudantes. Seu papel exige não apenas acompanhamento pedagógico, mas sensibilidade às singularidades de cada tutorado. Reconhece-se que estratégias eficazes para um estudante podem ser inócuas ou mesmo prejudiciais para outro, demandando formação especializada contínua.

Em cada um desses 366 estudantes são encontrados universos próprios, com suas respectivas e minuciosas peculiaridades; uma forma de ensino-aprendizagem com um estudante pode ser extremamente positiva, enquanto com outro terá um efeito oposto.

Nas palavras de Lima e Maciel (2022, p. 29),, “é importante considerar que, se o ingresso de tal aluno foi legitimado pelo exame vestibular ou processo seletivo, ele tem o direito de encontrar condições de permanência e conclusão do curso que levem em consideração as suas dificuldades”. Em busca de preencher o vácuo entre ensino e aprendizagem, a COACE oferece aos tutores formação especializada.

Em muitas ocorrências, os técnicos da coordenação procuram treinar os tutores em como melhor exercerem suas habilidades e até mesmo ensinar novas ferramentas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que vem sendo ensinada em oficinas há anos.

O foco deste artigo está no treinamento, pois o fundamento de qualquer profissão vem do aprendizado entre pares, e com o trabalho desenvolvido na COACE não é diferente.

Tal como descrito por Vygotsky (2007, p. 38) em seu livro “A Formação Social da Mente: “Mas se queremos apreender os aspectos essenciais do que está se passando aqui, somos forçados a considerar não somente a função do mecanismo telefônico mas, também, a função da telefonista que manipula os conectores e, assim, completa a ligação”.

Com esta linha de raciocínio, a formação dos tutores pela COACE assenta-se em pilares colaborativos. As rodas de conversa, mediadas por técnicos do núcleo, criam espaços para: Troca de experiências sobre desafios e conquistas; Brainstorming de soluções criativas para problemas emergentes; Disseminação de métodos de ensino adaptados (ex.: Libras, recursos táteis).

As rodas de conversa proporcionadas pela COACE buscam reunir estes 40 tutores em um ambiente comum para apresentarem suas dificuldades, desafios e também suas conquistas. O que mais incentiva é o compartilhamento da experiência de quem está na linha de frente. Com as várias opiniões e ações diferentes, um tutor aprende com o outro novos métodos de ensino que aceleram o processo de aprendizagem para os tutorados. Há também um brainstorming de soluções diferenciadas para problemas que se encontram no momento.

Há momentos em que o tutorado precisa de um auxílio emergencial, ato que a COACE e seus funcionários proporcionam prontamente. Além disso, professores convidados buscam ensinar aos tutores e funcionários habilidades que eles mesmos aprimoraram ao longo da vida. As oficinas de Libras, como citado, são um ótimo exemplo disso. Entre os convidados a aprender a segunda

língua oficial do Brasil, encontrava-se um colega com deficiência visual. O aprendizado entre os tutores tornou-se mais pleno, com os próprios alunos auxiliando o colega a sentir com suas mãos cada sinal apresentado.

Deste companheirismo, surgiram sugestões como utilizar recursos presentes nos campus para a criação de ferramentas de ensino, como o uso de impressoras 3D para a criação de sinais táteis ou massas de biscuit para esculpir as letras do alfabeto em Libras.

Estas situações remetem à fala de Eduardo José Manzini (2005), em seu artigo “Inclusão e Acessibilidade”, onde ele diz: “As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo acima é um dentre vários que o autor deste artigo pôde presenciar no decorrer de 5 anos de atuação como tutor na COACE. Estudantes de todos os cantos do Brasil, de todas as idades, etnias e passados se concentram neste órgão com objetivos em comum: a sede de aprender, a esperança de ajudar, a fé de fazer a diferença e a promessa de um futuro melhor. As oficinas e rodas de conversa não apenas qualificam tutores, mas criam ecossistemas de aprendizagem mútua que reverberam em toda a UFPel.

A COACE tem um histórico na universidade como uma ferramenta de mudança e auxílio para aproximar professores e alunos. Esta “máquina gigantesca”, sustentada por 40 tutores, 9 intérpretes de Libras efetivos, 19 terceirizados, 1 coordenadora, 1 assistente social, 4 psicopedagogas, técnicos especializados, estagiários de terapia ocupacional e uma Comissão de Apoio com 14 docentes, é um farol nacional de inclusão. Seu maior legado não é apenas cumprir leis, mas transformar vidas através da educação. Que sigamos em frente, buscando a melhoria contínua, pois a missão deste órgão é fundamental.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649909/inciso-iii-do-artigo-208-da-constituição-federal-de-1988>. Acesso em: [13/07/2025].

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: [13/07/2025].

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: [21/07/2025].

MANZINI, E. J. Inclusão e Acessibilidade. Revista da Sobama, v. 10, n. 1, Suplemento, p. 31-36, dez. 2005.

Psicologia: Ciência e Profissão, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: [23/07/2025].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Inclusão e Acessibilidade. São Paulo: SEDPcD, 2020. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Inclusão-e-Acessibilidade.pdf>. Acesso em: [23/07/2025].

UFPEL. Plano Institucional de Acessibilidade. Pelotas: UFPel, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/files/2017/03/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-ACESSIBILIDADE.pdf>. Acesso em: [23/07/2025].

UFPEL. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Pelotas: UFPel, [s.d.]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobreonucleo>. Acesso em: [03/08/2025].

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

LIMA, Marian Araújo; MACIEL, Marie Claire Sekkel. Acesso e Permanência de Alunos com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.